



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DA 2ª REGIÃO**

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E
INCLUSÃO DE 19.11.2021**

Em 19 de novembro de 2021, às 11h, reuniram-se virtualmente para a reunião ordinária da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sob a presidência da Exma. Juíza Titular Regina Celi Vieira Ferro, os servidores: Aline Maria de Castro Silva Rocha, Daniela Louise da Serra Ogata, Débora Forlin Granja, Dulcinéa Lima de Jesus Figueiredo, Eduardo Antonio Engholm Cardoso, Eliana Maiellaro, Elisiane Wust (representando Fernanda Izídio de Oliveira Cimino), Gabriel Pio de Paula, Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho, José Américo Zampar Júnior, José Renato das Graças Amaral, Lícia Oliveira do Nascimento (representando Elaine Caire), Ludmilla Cavarzere de Oliveira, Luís Carlos de Paula Reseck, Marcus Vinícius da Silva Batista, Rodrigo Lopes Nabarreto, Thaísa Carla Santos do Nascimento e Vanessa Spadotto Alves. Presentes, ainda, os servidores da Seção de Acessibilidade e Inclusão: Ana Letícia Lira, Fernando Lucas De Marchi Pavaneli, Luiz Fernando de Paula Pereira, Thais Tie Myasaki e o aprendiz Bruno da Silva Porto.

Ausentes, justificadamente, o Exmo. Desembargador Alvaro Alves Nôga, a Exma. Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo, o Exmo. Juiz Milton Amadeu Junior e a Exma. Juíza do Trabalho aposentada Vanda Ferreira da Cruz; e os servidores: Alexandre Aguenta Arakaki, Claudia Dantas de Almeida Moniak, Daniela Ferrari Kovács, Filipe Gioielli Mafalda, Gilda Garcia, Jorge Costa Silva, José Erigleidson da Silva, Katia Regina Cezar, Lucas Macário Oliveira de Queiróz, Luiz Filipe Furtado Fernandes, Narjara Jacó da Silva e Silva, Odair Pinto de Oliveira, Ronaldo Prado Amorosin e Vera Lucia de Oliveira Aguiar.

A EXMA. JUÍZA TITULAR REGINA CELI VIEIRA FERRO, Presidente em exercício da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, fez a abertura da reunião e passou a palavra ao SR. IVO RAMALHO para falar sobre o PRIMEIRO ITEM DA PAUTA, DIVULGAÇÃO DO EVENTO "CULTURA INCLUSIVA", DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO:

1. ocorrerá em 10 de dezembro, às 17h30, com realização e transmissão telepresencial pela própria executora, a ONCB - Organização Nacional de Cegos do Brasil.

Na sequência, abordou-se o SEGUNDO ITEM DA PAUTA, ou seja, a CONTINUIDADE DA EXPLANAÇÃO SOBRE OS DISPOSITIVOS DA [RESOLUÇÃO 401/2021 DO CNJ](#) pelos membros da Comissão, conforme divisão de trabalho previamente ajustada. Tratou-se dos seguintes dispositivos:

Artigo 12;
Artigo 13;
Artigo 15;
Artigo 16;
Artigo 17;
Artigo 18;
Artigo 19;

Artigo 20;
Artigo 21;
Artigo 22;
Artigo 23;
Artigo 24;
Artigo 25;
Artigo 26;
Artigo 28;
Artigo 29;
Artigo 30;
Artigo 31;
Artigo 32;
Artigo 33;
Artigo 34;
Artigo 35.

e os expositores foram:

1. ALINE MARIA DE CASTRO SILVA ROSSI
2. MARCUS VINICIUS BATISTA;
3. JOSÉ RENATO DAS GRACAS;
4. THAISA NASCIMENTO;
5. IVO CLEITON DE OLIVEIRA RAMALHO;
6. EDUARDO ANTONIO ENGHOLM CARDOSO;
7. LUIZ FERNANDO PEREIRA;
8. LUÍS CARLOS DE PAULA RESECK;
9. ELIANA MAIELLARO, ELISIANE WUST;
10. LUDMILLA CAVARZERE DE OLIVEIRA;
11. THAIS TIE MYASAKI;
12. ELISIANE WUST;
13. REGINA CELI VIEIRA FERRO;
14. BRUNO DA SILVA PORTO.

A Sra. ALINE CASTRO lê o ARTIGO 12 e comunica que sempre procuram aprimorar a acessibilidade da comunicação. Como exemplo, cita:

A última sessão do Tribunal Pleno com legendas automáticas no Órgão Especial, e que na próxima sessão do Pleno conseguirão fazer a transmissão inteira;

servidores da SECOM estão fazendo curso de audiodescrição de imagens e vídeos.

O Sr. Marcus Vinicius Batista menciona a aplicação prática do Artigo 12.

O Dr. JOSÉ RENATO DAS GRACAS menciona que a Avaliação Biopsicossocial está sendo implantada em interação da Seção de Gestão de Pessoas com a Psicologia, ao procurar a melhor lotação para o servidor com deficiência.

A Sra. DEBORA FORLIN, em complemento, informa que essa nova modalidade de avaliação ainda está em construção, e tem sido realizada pela equipe multidisciplinar.

Em seguida, o Sr. Ivo Ramalho menciona o fluxo de avaliação que está sendo criado.



Continuando a leitura, a Sra. THAISA NASCIMENTO lê o ARTIGO 13 até o parágrafo 3, seguida da leitura do parágrafo 4 pelo Sr. IVO RAMALHO.

Em seguida, pula-se a leitura dos ARTIGOS 14 e o 27, reservando-a ao Sr. FILIPE GIOIELLI ao retornar de suas férias.

O Sr. EDUARDO lê os artigos 15 e 16, informando as suas aplicações:

ao buscar que a lotação física seja compatível com a deficiência apresentada; sobre formação e capacitação, menciona que todos os gestores deveriam ser capacitados, dando-se prioridade àqueles que já têm servidores com deficiência, e cita uma possível parceria com a EJUD; já lotam os servidores próximo à residência deles e consultam os servidores para tal; informa que não sabe sobre contratação de estagiários com deficiência, porém irá consultar a Gestão de Pessoas para enviar nomes à Seção de Acessibilidade e Inclusão, para melhorar o acompanhamento dos mesmos.

O Sr. IVO RAMALHO lê o ARTIGO 17 e menciona a necessidade de que o contato dos servidores com deficiência seja repassado pela Seção de Gestão de Pessoas para a Seção de Acessibilidade e Inclusão.

A Sra. THAIS TIE complementa informando a relevância da Seção de Acessibilidade e Inclusão ser informada sobre o ingresso de novos servidores com deficiência que tomam posse para podermos fazer contato, e o Sr. LUIS RESECK ressalta a necessidade de se ter isso como processo da Seção de Gestão de Pessoas, para não depender só de uma pessoa, que pode entrar em férias.

O Sr. LUIZ FERNANDO lê os ARTIGOS 18 e 19 e menciona ações de sensibilização e 6 cursos EAD realizados no ano de 2021 pela Comissão de Acessibilidade e Inclusão, bem como as tentativas de aprimorar as Tecnologias Assistivas. Informa, ainda, a participação ativa da Gestão Estratégica na promoção de sensibilização no Tribunal.

A Sra. LUDMILA, ao ler o ARTIGO 21, relata a preocupação com as rotas de fuga e a sensibilização dos servidores para mantê-las desobstruídas.

O Sr. IVO RAMALHO lê os ARTIGOS 22 e 23 e informa a implementação dos dispositivos com o recebimento de mais servidores na Seção de Acessibilidade e Inclusão desde 2010, a qual atualmente conta com 8 servidores. O Sr. Ivo também menciona o mapeamento e gestão de riscos relacionados às competências da Seção de Acessibilidade e Inclusão, ligados à acessibilidade comunicacional.

A Sra. THAIS TIE lê o ARTIGO 24 e informa sobre as parcerias do Tribunal com o Instituto Jô Clemente, bem como informa sobre a realização de encontros com comissões nacionais de acessibilidade.

O Sr. IVO RAMALHO lê os ARTIGOS 25 e 26, bem como menciona o subgrupo de estudos interdisciplinares que propôs o [Ato GP 11/2021](#) para regulamentar as condições especiais de trabalho, relacionado com o lema "Nada sobre nós, sem nós".

A Exma. JUÍZA REGINA CELI lê o ARTIGO 31, relatando que participou de reunião que deu ensejo ao início desta resolução, envolvendo a ANB em Brasília, e que vários dos juízes envolvidos tinham filhos com deficiência.

Agradecendo a presença de todas e todos, a Exma. Juíza Titular Regina Celi deu por encerrada a reunião.

Regina Celi Vieira Ferro
Juíza Presidente em exercício da Comissão Permanente
de Acessibilidade e Inclusão

Este texto não substitui o original publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.